

CAPACIDADES ESTATAIS UNIVERSITÁRIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS: O CASO DO PIBIC-EM / UFRJ

Pedro Rafael Oliveira Pinto

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo Simples

O objetivo deste trabalho concentra-se em analisar a implementação de uma política de iniciação científica para o Ensino Médio na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscando compreender como se configura seu arranjo institucional desta Universidade a partir de suas capacidades estatais. Trata-se de uma pesquisa em etapa inicial, cujos procedimentos metodológicos adotados ancoram-se em uma abordagem qualitativa, por meio da análise documental de publicações externas e internas à Universidade e de um conjunto de entrevistas realizadas com profissionais responsáveis por sua aplicação. Os resultados indicam a necessidade de aprofundamento no contexto estudado, já que, com os dados iniciais, aponta-se para uma baixa capacidade de implementação, com fragilidades tanto nos arranjos institucionais quanto na atuação da burocracia educacional envolvida.

Resumo Expandido

Desde 2003, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) determinou a criação da Iniciação Científica Júnior (ICJ), posteriormente regulamentada pela RN 017/2006, houve desdobramentos relativos à sua implementação. Conforme sinalizaram Oliveira e Bianchetti (2018), durante sua atuação, o governo federal investiu recursos para consolidar essa ação como estratégia de estímulo à busca por talentos e à consolidação do campo da Ciência e Tecnologia, promovendo seu fortalecimento no país. Um desses mecanismos foi o desmembramento da ICJ em três frentes, a saber: o Programa de Institucionalização de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), o Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr) e o Programa de Iniciação Científica da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (PIC/OBMEP).

O objetivo desta investigação é analisar a implementação do PIBIC-EM na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscando compreender como se configura seu arranjo institucional nessa universidade a partir de suas capacidades estatais. Trata-se de uma pesquisa em etapa inicial, cujos procedimentos metodológicos adotados ancoram-se em uma abordagem qualitativa, por meio da análise documental de publicações externas e

internas à universidade e de entrevistas realizadas com profissionais responsáveis pela implementação.

Nesta proposição, o conceito de “arranjo institucional” é mobilizado como categoria analítica para descrever as relações entre as diferentes estruturas comprometidas com a implementação da política. Segundo Pires e Gomide (2016), apesar da disputa envolvendo sua delimitação teórica, ao se utilizar esse recurso para compreender cenários de implementação, os pesquisadores transitam academicamente entre duas gerações de uso do conceito: uma de caráter mais amplo, administrativo e de ordenamento territorial, por meio da qual níveis de governabilidade são adquiridos com base na capacidade de gerenciar conflitos externos e internos aos seus limites políticos; e uma segunda, na qual os arranjos estabelecidos são meios pelos quais os Estados conseguem alcançar os objetivos propostos por suas políticas públicas, o que, por sua vez, pode ser traduzido como capacidade de implementação. Para este trabalho, as aproximações teóricas estão sintonizadas com a segunda concepção.

Não obstante, “capacidades estatais”, neste estudo, são compreendidas como o conjunto de atributos técnico-administrativos e político-relacionais que o Estado possui, por meio de suas instituições, para alcançar os objetivos previstos nas políticas públicas (Gomide e Pires, 2014). Não se negligenciam, no entanto, os desafios de operacionalizar o conceito, sobretudo em contextos de implementação de políticas, uma vez que, como apontado por Lotta e Santos (2024), ele se apresenta como polissêmico, complexo e multidimensional, diante das diferentes abordagens teóricas e suas aplicações.

Na UFRJ, foram publicados seis editais do PIBIC-EM desde sua criação, em 2010, pelo CNPq. Sua trajetória de implementação será analisada com base nesses editais e em documentos internos relativos ao programa. De acordo com os documentos publicados, o arranjo estabelecido para sua execução compreende o CNPq, órgão indutor em âmbito nacional; a UFRJ, tradutora local; as escolas participantes do arranjo; e os estudantes, destinatários da política. Dentro desse desenho, ainda com base na documentação disponível, surgem alguns agentes da burocracia educacional que podem contribuir para ampliações ou reduções das capacidades estatais, a saber: a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade (PR2/UFRJ), órgão implementador; os orientadores de projetos; servidores da UFRJ habilitados pelo edital; e, nas escolas, os agentes implementadores, responsáveis pela organização das seleções dos estudantes e pelo acompanhamento pedagógico.

Um arranjo semelhante é descrito por Oliveira e Bianchetti (2018), ainda que não estivessem analisando o contexto de implementação na universidade estudada. A análise dos autores evidencia contextos similares na execução da política, o que sugere uma homologação entre ambos os cenários de implementação, considerando as atuações dos agentes da Educação Básica e Superior.

No caso da UFRJ, observa-se a ausência de registros documentais sistemáticos que possam oferecer subsídios às análises da produção dos arranjos institucionais da política, tais como normas de regulamentação do programa, entre outros, o que levou à articulação entre análise documental e outros procedimentos metodológicos, como entrevistas, além de induzir questões específicas sobre as capacidades técnico-administrativas e político-relacionais da burocracia educacional envolvida. Partiu-se, pois, de uma entrevista exploratória com a coordenadora geral do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), vinculada à PR2, já que, na ausência de coordenação específica para o PIBIC-EM, cabia a essa representante da burocracia universitária fornecer respostas institucionais sobre o programa. “As decisões tomadas na UFRJ sobre o PIBIC-EM acontecem com base na Resolução Conjunta CEG/CEPG 02/2018, a qual trata do PIBIC, ainda que não se refira diretamente ao PIBIC-EM”.

Se, por um lado, a resolução sequer menciona o programa aqui estudado, a burocracia educacional responsável pela tradução da política na universidade afirma utilizá-la como referência, o que abre margem para um elevado grau de discricionariedade e, por conseguinte, coloca em cena a capacidade de implementação interna do programa. Entende-se como discricionariedade o espaço que um burocrata tem para tomar decisões não previstas por regulamentos e normas institucionais (Lipsky, 1980). Nesse cenário, a burocracia assume elementos relevantes para refletir sobre a implementação do PIBIC-EM, considerando as dimensões técnico-administrativas e político-relacionais da instituição. Como são escolhidas as escolas parceiras? Como se desenvolvem os editais de seleção do PIBIC-EM? Existem relatórios de acompanhamento? O que pensam os egressos das edições? São perguntas que deverão ser desvendadas ao longo da investigação do objeto.

Este trabalho procurou analisar a implementação do PIBIC-EM na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscando compreender como se configura seu arranjo institucional a partir de suas capacidades estatais. Na análise, ainda exploratória, apurou-se que a universidade não possui normas internas de organização do programa, o que abre uma lacuna discricionária significativa, tanto do ponto de vista das capacidades técnico-administrativas quanto político-relacionais, no tocante à sua implementação. Com base nas entrevistas iniciais, identificou-se que a investigação abre múltiplas lacunas e caminhos a serem percorridos.

REFERÊNCIAS:

GOMIDE, A. de A.; PIRES, R. R. C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

LIPSKY, M. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G.; SANTOS, J. G. dos. Capacidades estatais: uma revisão da bibliografia voltada às políticas de educação. Instituto Unibanco, 2024. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

OLIVEIRA, A. de; BIANCHETTI, L. Iniciação científica júnior: desafios à materialização de um círculo virtuoso. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 133–162, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002600952>. Acesso em: 05 maio 2025.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. de A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245806>. Acesso em: 05 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino de Graduação; Conselho de Ensino para Graduados. Resolução Conjunta CEG/CEPG nº 02/2018, de 7 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a Política Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://pr2.ufrj.br/pdfs/resolucaoCEGCEPG2018_02. Acesso em: 01 maio 2025.